

“NÓS NEM CREMOS QUE ESCRAVOS OUTRORA TENHA HAVIDO EM TÃO NOBRE PAÍS”: O NEGRO NO CONTRAPELO DA REPÚBLICA E DO SAMBA (1888-1989)*



Cristiano Santos Araújo**

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre a profissão de fé da literomusicalidade de dois hinos, a saber: o da Proclamação da República (1889), e do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense (1989). O objetivo é, de fato, propor uma interpretação, a princípio, de duas letras repletas de cultura e identidade brasileira, ou seja, dois movimentos de construção e expressão do Nacional, o primeiro, da República e seu projeto de embranquecimento e apagamento dos rastros funestos da escravidão negra brasileira, e o segundo, sobre o hino enredo e a aparente reexistência negra no ano do centenário da assinatura da Lei Áurea com o samba enredo, infelizmente, de chapa branca. E a partir dessa relação dialética inicial, incorporam-se também ao exercício crítico, os três primeiros sambas enredos engajados e campeões do carnaval carioca de 1988: Vila Isabel, Mangueira e Beija Flor. A partir de uma revisão de narrativa bibliográfica, destaca-se, então, que essas literomusicalidades apontadas, oficial e marginal, são mais que expressões de subjetividades, elas se tornam em acervos, registros e interpretações das reações à história negra escravizada brasileira, e dessa maneira, tanto a poesia oral através da letra e música, quanto à cultura, estão mimetizadas na festa do hino oficial da República e das frestas da festa do povo nos sambas enredos das Escolas cariocas. Portanto, entre memória, história e esquecimento objetiva-se discutir o testemunho da existência, resistência e reexistência negra no contrapelo da República brasileira e do samba carioca.

Palavras-chave: Negro. República. Embranquecimento. Samba. Reexistência.

* Recebido em: 11.05.2023. Aceito em: 17.06.2023.

** Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE Fecil). Pós-doutorando em Ciências da Religião na PUC Goiás sob a supervisão do prof. Dr. José Reinaldo Felipe Martins Filho (Pesquisa: Mística e Poesia goiana em Leodegária de Jesus). Doutor em Literatura e Práticas Sociais (UnB). Doutor em Ciências da Religião (PUC GOIÁS). Mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UERJ). E-mail: cristiano.araujo@uece.br

A discussão neste texto, inicialmente, aborda dois hinos, a saber, o hino oficial da Proclamação da República no Brasil (1889), o outro, o samba enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense (1989). Duas letras, oficial e marginal, de canção repleta de cultura, literatura e política, em dois movimentos, um de apagamento da escravidão, e o outro, da aparente reexistência negra no Brasil no ano do centenário da assinatura da Lei Áurea. A partir dessa relação dialética inicial, incorporam-se também ao desafio dialogal, também os três primeiros sambas enredos campeões do carnaval carioca de 1988: Vila Isabel, Mangueira e Beija Flor, letras e enredos que são acervos, registros e interpretações da história negra escravizada brasileira, e dessa forma, tanto a literatura, quanto a cultura está, de fato, mimetizada na festa dos desfiles da Sapucaí, no Rio de Janeiro, e assim, engajada nas frestas da história crítica das Escolas de Samba cariocas e contraposição ao hino da Proclamação da República, bem como o da Imperatriz Leopoldinense.

Esta temática surge porque “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOEUR, 2007, p. 41). Pensando no Brasil, os abusos da memória natural, quer sejam na memória impedida, quer sejam na memória manipulada, ou, mesmo, também na memória comandada de modo abusivo à diversidade social constituinte do povo brasileiro, ou seja, o testemunho negro entre a festa do samba e as frestas da República entre o nível particular e o público, eu e os outros, importam para a reflexão deste texto. Logo, a temática conceitual da memória, história e esquecimento:

Não é apenas com a hipótese da polaridade entre a memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma triplíce atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros (RICOEUR, 2007, p. 142).

Dessa maneira, a matriz social do povo brasileiro, quase sempre alijada de direitos, e perseguida em suas opressões de apagamentos existenciais, exige discussões e escritas para a leitura de um Brasil em constante trauma e negação. Como se percebe, ainda hoje, em relação aos povos e comunidades originárias, o Brasil é um país que deu certo! A proposta da Colônia, do Império e da República deu certo em seus projetos nacionais de exclusão e negação: indígenas, negros e brancos pobres, ainda em pleno século XXI, seguem lutando por direitos, educação, segurança, moradia, alimentação e oportunidades para ser e viver, e não apenas, sobreviver. Por isso, a partir de uma breve revisão narrativa e bibliográfica, pesquisa-se e escreve-se um testemunho de testemunhos das memórias e lutas, de si, de próximos, e de outros.

PROFISSÃO DE FÊ: A DIALÉTICA DO ESCRAVIZADO

Hino e samba enredo podem, também, ser uma profissão de fê. Como arte, são construções políticas, culturais nas expressões de ideias. Como literomusicalidade engajada, é uma forma épica de poesia oral escrita com versos e sentidos, pensados

a fim de produzir seus respectivos efeitos estéticos e sociais. Logo, hinos oficiais e sambas enredos expressam uma ideia de sociedade a partir de um tipo de gênero épico que percorre caminhos, ora pelos palácios, ora pelos morros, em forma de uma poesia oral que dá voz e vez, ou os tira. Em todo caso, pode ser ouvido e lido para ser resignificado, à luz de nossa época, pela temática do Nacional. O Hino oficial é a festa republicana, no sentido de celebração, de uma elite, já o samba enredo está na fresta da festa do povo (SIMAS; MUSSA, 2023).

A população negra no Brasil reinventou o cotidiano entre práticas sagradas e profanas nas senzalas e terreiros, entre artes de cura, remédios, rezas, tambores, feitiços, comidas, danças, canções, lutas e perseguições de toda sorte e meios antes e depois do ano de 1988 levando à semiclandestinidadade de sobrevivência sociocultural nas favelas e nos morros. Para o passado e para o presente, as experiências religiosas se inventaram, renovaram-se sempre transformadas, perdendo e ganhando sentidos, significados e símbolos (VALÉRIA; GOMES, 2016).

Desde que o Brasil é Brasil, ou melhor, quando era ainda uma América portuguesa, o tema da cor e da religião sempre nos distinguiu, geralmente de forma excludente. E no laboratório racial eugenista brasileiro, os republicanos primeiros, a discussão da raça e silenciamento chegou às raias de um projeto de apagamento cultural em que cor, no Brasil, é sintoma e sinal de um problema histórico e político expresso também nas artes, no caso, hino e, posteriormente, samba. Mesmo tendo em vista a abolição, os cunhadores da República amplificaram a teoria racial eugênica a partir dos meados ao fim do século XIX num país donde entrou um total de 3,6 milhões de africanos trazidos compulsoriamente no cruzamento atlântico (SCHWARCZ, 2013). É o que se analisará na letra do Hino.

Dessa forma, a discussão de raça, silenciamentos e apagamentos partem da crença de uma leitura de Brasil bem como dos pretos e pretas brasileiras, quiçá, mesmo após a Abolição, a liberdade não significou igualdade, incluindo, assim, o saber de que a escravidão permanece por muito tempo como a característica nacional do Brasil dialogando, ou silenciando, uma religião natural e viva das senzalas e dos terreiros, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos.

Neste artigo, a equação brasileira é clara, há uma profissão de fé vista de um lado com o Hino oficial da República, de outro lado os sambas enredos. Em tudo, uma experiência híbrida e bem demarcada. Ao ler a proposta deste texto, a pergunta básica a se fazer é: neste nobre país teve escravidão? Ao que parece, para a Primeira República, não. Para o samba, sim, e essa é a proposta de rediscussão que adiante se caminha. Em ambas, profissão de crenças.

LIBERDADE! LIBERDADE! ABRA AS ASAS SOBRE NÓS?

O Hino da Proclamação da República, música de Leopoldo Miguez, poema de Medeiros e Albuquerque, sob o Decreto nº 171, de 20/01/1890, estabelece e destaca a visão da branquitude senhorial política da transição do Império para a República. Segue uma parte relevante da letra:

[...] Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós! Das lutas na tempestade. Dá que ouçamos tua voz! Nós nem cremos que escravos outrora. Tenha havido em tão nobre País... Hoje o rubro lampejo da aurora. Acha irmãos, não tiranos hostis. Somos todos iguais! Ao futuro. Saberemos, unidos, levar. Nosso augusto estandarte que, puro. Brilha, avante, da Pátria no altar! [grifo nosso]

[...]
Se é mister que de peitos valentes. Haja sangue em nosso pendão. Sangue vivo do herói Tiradentes. Batizou este audaz pavilhão! Mensageiros de paz, paz queremos. É de amor nossa força e poder. Mas da guerra nos transes supremos Heis de ver-nos lutar e vencer! Do Ipiranga é preciso que o brado. Seja um grito soberbo de fé! O Brasil já surgiu libertado. Sobre as púrpuras régias de pé. Eia, pois, brasileiros avante! Verdes louros colhamos louções! Seja o nosso País triunfante. Livre terra de livres irmãos! [grifos nosso]

De modo direto e sem rodeios, diz-se que não houve escravidão no Brasil, “o país que nasceu liberto”, e ademais, o hino anterior exalta o sangue vivo do herói Tiradentes dentre outros, ou seja, o Brasil já surgiu libertado e sobre as púrpuras régias de pé. Um discurso assenhorado pelas elites brancas que apoiaram o golpe militar que ainda hoje é chamado de Proclamação da República de 1899. Uma clara e funesta tentativa de apagamento das atrocidades de três séculos cometidas pela escravidão negra no Brasil Colonial, Imperial e, insistentemente, República.

O Grêmio Recreativo Escola de Samba (G.R.E.S) Imperatriz Leopoldinense, no ano de 1989, propõe uma leitura do hino de 1889. Ou seja, cem anos da libertação da Princesa Isabel, os compositores Niltinho Tristeza, Preto Joia, Vicentinho e Jurandir foram interpretados pelo Dominginhos do Estácio, sob a assinatura do carnavalesco Max Lopes, sagrando-se, naquele ano como campeã do carnaval carioca com uma releitura do Hino Oficial da Independência.

Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós. E que a voz da igualdade. Seja sempre a nossa voz (bis). Vem, vem, vem reviver comigo amor. O centenário em poesia. Nesta pátria, mãe querida. O império decadente, muito rico, incoerente. Era fidalguia. Surgem os tamborins, vem emoção. A bateria vem no pique da canção. E a nobreza enfeita o luxo do salão. Vem viver o sonho que sonhei. Ao longe faz-se ouvir. Tem verde e branco por aí. Brilhando na Sapucaí. Da guerra nunca mais. Esqueceremos do patrono, o duque imortal. A imigração floriu de cultura o Brasil. A música encanta e o povo canta assim. Pra Isabel, a heroína. Que assinou a lei divina. Negro, dançou, comemorou o fim da sina. Na noite quinze reluzente. Com a bravura, finalmente. O marechal que proclamou. Foi presidente (grifos nossos).

Inicialmente, essa intertextualidade a partir do samba enredo foi motivada pela oportuna discussão artística e crítica do centenário da libertação jurídica da escravidão no Brasil, contudo, numa leitura mais atenta, verifica-se que o samba campeão dos desfiles do Carnaval carioca de 1988 foi, também um samba chapa branca.

Samba chapa branca? Já ouviu falar? Vamos lá, então, samba chapa branca em escolas negras.

Os exemplos de Enredos com a perspectiva que chamaremos aqui de 'chapa-branca' são inúmeros. Alguns personagens, especialmente, viraram figurinhas fáceis nas avenidas: Tiradentes (o mais citado), Duque de Caxias, Santos Dumont, almirante Tamandaré, Castro Alves, Rui Barbosa, Oswaldo Cruz, Pedro Américo, bandeirantes desbravadores, Gonçalves Dias, poetas árcades, inconfidentes, general Osório, Dom Pedro I, Dom Pedro II, Princesa Isabel, e similares. Nenhum desses personagens, admitamos, aparentemente gostaria de um desfile de escola de samba (SIMAS; FABATO, 2015, p. 16).

Segundo Simas e Fabato (2015), não dá, ou dá, para imaginar o Duque de Caxias requebrou as cadeiras no *ziriguidum*? Ou a Princesa Isabel no *balacobaco*? Existe alguma correlação menos carnavalesca do que a carnificina da Guerra do Paraguai, o trololó da batalha naval do Riachuelo ou o enforcamento de Tiradentes?

A questão central é que, quando uma escola de samba negra, quer por força da operosidade da branquitude, quer por força do Estado como na era Vargas, quer por patrocínios, deixa de ter voz para resistir e para re-existir, a história e os méritos da luta negra, ela faz um desserviço ao povo brasileiro, e à perda da possibilidade de rediscussão do centenário sob a ótica negra para exaltar personagens e fatos da branquitude, como por exemplo, do hino oficial da proclamação da República que diz “Nós nem cremos que escravos outrora. Tenha havido em tão nobre País...”. Questão basilar e simples, no centenário da assinatura da lei Áurea o que o G.R.E.S Imperatriz Leopoldinense cantou sobre?

O samba enredo repetiu o efusivo coro “Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós. E que a voz da igualdade. Seja sempre a nossa voz”. Contudo, de modo chapa branca acrítico, destaca o centenário em poesia? Pátria, mãe querida? Império, que era fidalguia? Nobreza, luxo do salão? Duque imortal? A imigração floruiu o Brasil? Isabel, heroína? Noite quinze reluzente? Marechal com bravura? Pense, minimamente, à luz da condição negra brasileira após a canetada da princesa: O negro dançou e comemorou o fim da sina?

No ano de 1988, com todo o simbolismo que marcou o centenário da Abolição da Escravização, e que foi promulgada a “Constituição Cidadã”, a referida Escola ganhou o carnaval, porém, manteve o refrão efusivo na memória de quem gosta da melodia do samba, entretanto, numa séria análise crítica percebe-se logo a ausência de engajamento na celebração do centenário. Simas e Fabato (2015, p. 62) destacam que:

O carnaval de 1988, nesse sentido, foi alvissareiro, sobretudo pelos tratamentos que os enredos da Mangueira e da Vila Isabel deram ao centenário da Abolição da Escravatura, lembrado naquele ano. A Estação Primeira apresentou uma visão crítica e contundente do processo de abolição, destacando os dilemas da marginalização do negro brasileiro após a Lei Áurea e chamando

a atenção para a luta contra o preconceito racial, em Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão?

O enredo da Imperatriz Leopoldinense, campeão de 1989 seguiu, passivamente, como chapa-branca, a pedagogia da adequação da branquitude em detrimento da narrativa efetiva e engajada da história dos negros no Brasil. No ano anterior, em 1988, a escola ficou em último lugar com o samba enredo “Conta outra que essa foi boa”, que se concentrou na Constituinte e suas possíveis falácias político-sociais como uma espécie de ano da mentira, fazendo uma referência intertextual rápida entre Constituição, Cabral e a Isabel: “Cabral, ô Cabral. O esquema é de lograr. De 71 com a realeza. Me mandou uma princesa. Que fingiu me libertar, me libertar”.

Adiante, outros exemplos cabem ao diálogo. Já para a Escola de Samba Vila Isabel, com “Kizomba: festa da raça”, da pena e verve de Martinho da Vila (1988):

Valeu Zumbi! O grito forte dos Palmares. Que correu terras, céus e mares. Influenciando a abolição. Zumbi valeu! Hoje a Vila é Kizomba. É batuque, canto e dança. Jongo e maracatu. Vem menininha pra dançar o caxambu. Ôô, ôô, Nega Mina. Anastácia não se deixou escravizar. Ôô, ôô Clementina. O pagode é o partido popular. Sacerdote ergue a taça. Convocando toda a massa. Neste evento que congreira. Gente de todas as raças. Numa mesma emoção. Esta Kizomba é nossa Constituição. Que magia. Reza, jejum e orixás. Tem a força da cultura. Tem a arte e a bravura. E um bom jogo de cintura. Faz valer seus ideais. E a beleza pura dos seus rituais. Vem a Lua de Luanda. Para iluminar a rua. Nossa sede é nossa sede. E que o apartheid se destrua.

A Vila traz à baila um importante persona negra brasileira nas influências da abolição e na promoção da kizomba através do batuque, canto e danças de uma cultura afro-brasileira, que convocava a massa, gente de todas as raças para iluminar a rua, destruindo os *apartheid's*, estabelecendo uma nova constituição da identidade negra.

Também para a Escola de Samba Mangueira, com “100 anos de liberdade, realidade ou ilusão?”, da autoria de Hélio Turco, Jurandir e Alvinho (1988):

Será que já raiou a liberdade. Ou se foi tudo ilusão. Será, oh, será. Que a Lei Áurea tão sonhada. Há tanto tempo assinada. Não foi o fim da escravidão. Hoje dentro da realidade. Onde está a liberdade. Onde está que ninguém viu. Moço. Não se esqueça que o negro também construiu. As riquezas do nosso Brasil. Pergunte ao Criador. Quem pintou esta aquarela. Livre do açoite da senzala. Preso na miséria da favela. Sonhei. Sonhei que Zumbi dos Palmares voltou. A tristeza do negro acabou. Foi uma nova redenção. Senhor! Ai, Senhor! Eis a luta do bem contra o mal (contra o mal). Que tanto sangue derramou. Contra o preconceito racial. O negro samba. O negro joga a capoeira. Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira.

A Mangueira questiona e interroga se, realmente, já raiou a liberdade, ou quiçá, foi tudo uma grande ilusão, como parece, que no contrapelo da história, foi a assinatura da Lei Áurea, que aprisionou o negro na favela, alijando toda sua importância e direitos na construção das riquezas do Brasil, nisso, onde está a liberdade, ninguém viu, e ainda não vê.

E para a Escola de Samba Beija-flor, com “Sou negro, do Egito à liberdade”, da autoria de Ivancué, Cláudio Inspiração, Marcelo Guimarães e Aloísio Santos (1988):

Vem, amor, contar agora. Os cem anos da libertação. A história e a arte dos negros escravos. Que viveram em grande aflição. E mesmo lá no fundo das províncias do Sudão. Foram o braço forte da nação. Eu sou negro, e hoje enfrento a realidade. E abraçado à Beija-Flor, meu amor. Reclamo a verdadeira liberdade. Raiou o sol, e veio a lua. Eu sou negro, fui escravo. E a vida continua. Liberdade raiou, mas igualdade não, não, não, não. Resgatando a cultura. O grande negro revestiu-se de emoção. Ih! A mãe negra. Oh! Mãe negra faz a festa. O povão se manifesta. Cantando para o mundo inteiro ouvir. Se faz presente a força de uma raça. Que pisa forte na Sapucaí. Dunga Tara Sinherê. Erê rê rê rê. Erê rê rê rê.

A Beija-Flor de Nilópolis reclama a verdadeira liberdade para aqueles que viveram em grande aflição na qual a liberdade veio, contudo a igualdade não, por isso, a força da raça cantada na rua da Sapucaí postula resgata a história e a cultura de uma negação histórica para a continuidade da luta.

Se a história é uma casa com muitas portas, adentrar o recinto a partir dessa janela é estratégia perspicaz (BOTELHO, SCWARCZ, 2009, p. 14). O pensamento social é feito de ajustes, desajustes entre tantas contradições e tensões sociais e históricas, uma arena de conflitos, interesses e posicionamentos em prol da cidadania em construção. Assim, a literatura dos sambas enredos representa a crítica e análise do centenário do ilusório fim da escravidão no Brasil.

O abolicionista Joaquim Nabuco bem destacou que “a liberdade sem o trabalho não pode salvar este país da bancarrota social da escravidão nem tampouco merece o nome de liberdade, é a escravidão da miséria” (NABUCO, 1949a, p. 292). As asas da liberdade foram abertas na reeleitura feita em 1989? Em 1888, a assinatura jurídica sem acolhimento econômico instaurou a escravidão da miséria, uma nova forma de segregação da injustiça. E em 1988, quando as janelas e portas da história estavam abertas para o canto negro no centenário, Vila Isabel, Mangueira e Beija-Flor batucaram a dor da escravidão negra brasileira, já no ano seguinte, a Imperatriz Leopoldinense manteve as asas do discurso oficial da elite da branquitude em detrimento da oportunidade de narração do contrapelo da história.

OS CONTRAPELOS DA HISTÓRIA NEGRA NA LITERATURA ABOLICIONISTA

A história (*geschichte*) é o processo de desenvolvimento da realidade no tempo, bem como o estudo desse processo, além do tempo cronológico e linear: “A causa da libertação da humanidade, em sua forma revolucionária mais simples (que é,

no entanto, e por isso mesmo, a libertação total), é a única pela qual vale a pena lutar” (BENJAMIN, 1987, p. 32). Nela, podem-se analisar os germes de outras histórias, sofrimentos acumulados, bem como nova face às esperanças frustradas nos tempos do agora (*jetzzeit*) para a reconstrução da experiência (*erfahrung*) mediante as novas narratividades de vida e discurso onde cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra história, que traz outras, e outras mais. No caso, incorre a necessidade de registros pela literatura e pela canção como uma espécie de crônica de acontecimentos grandes e pequenos, quiçá:

Um olhar lançado à esfera do “semelhante” é de importância fundamental para a compreensão de grandes setores do saber oculto. Porém, esse olhar deve consistir menos no registro de semelhanças encontradas que na reprodução dos processos que engedram tais semelhanças (BENJAMIN, 1987, p. 108).

Este artigo quer problematizar, e confessar, nossa pobreza da experiência crítica no que tange à sociedade brasileira diante de barbáries históricas no Brasil para articular historicamente o passado como ele de fato foi apropriando-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo (BENJAMIN, 1987). Os hinos, oficial e enredo, trazem imagens do passado cristalizado pela tradição quanto dos tradicionalistas na entrega fortuita, e oficial, às classes dominantes.

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse um monumento da barbárie. E, assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura [...] A tarefa do materialismo histórico é escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Defende-se aqui que a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Ademais. Deve-se pensar num conceito de história que corresponda a essa verdade entre fascismos brasileiros históricos. Ou, assombros para uma não cumplicidade consciente, ou quiçá, inconformismo que fará explodir o *continuum* da história, ou dar um salto dialético para uma ação e novos calendários para a discussão profética social. Ao invés da imagem eterna do passado, a percepção dialógica da experiência única dos agoras brasileiros em pleno século XXI. Pensar é um movimento de ideias para a ação para além dos “agoras messiânicos”. O tempo passado, e o agora, não é vazio nem homogêneo, são vividos na rememoração que interroga as flechas, os aspirais, os tempos, e, a própria ação.

Desde as Leis Abolicionistas: Lei Feijó; Lei Eusébio de Queiróz; Lei do Ventre Livre; Lei dos Sexagenários; Lei Rio Branco; Lei Saraiva-Cotegipe “as pessoas de cor”, assim chamados os pretos e pretas brasileiros, padeceram de acolhimento e consideração mínima. A Lei Áurea assinalou a libertação legislativa da caneta, mas não a libertação existencial, cultural, social e econômica. A desigualdade permaneceu e ainda está. A Lei áurea garantiu a alforria de todos os negros, não a sua libertação! Um liberto era tratado como? O termo “livre” denota uma condição

inata, contudo, já o termo “liberto” indica uma condição adquirida. Ambos tornam-se livres, porém, numa hierarquia social de condições impostas. Contudo, Joaquim Nabuco (2003) destaca que:

Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional – em formação, é certo – que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação, e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim, que o Brasil traz na frente. Essa consciência, que está temperando a nossa alma, e há de por fim humanizá-la, resulta da mistura de duas correntes diversas: o arrependimento dos descendentes de senhores, e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de escravos (NABUCO, 2003, p. 23).

Em Londres, no dia 08 de abril de 1893, Joaquim Nabuco escreve o prefácio de “O Abolicionista”. Em pleno 2023, a consciência nacional ainda está em formação e *up grade*, para usar um termo contemporâneo. A dignidade humana é um processo de embates, tensões, disputas e ações proativas para a devida consolidação na efetividade real, e social, experimentada no cotidiano de pobres e excluídos. Nabuco cita a mancha de Caim porque é uma intertextualidade com a literatura judaico-cristã no Gênesis 4,14¹, um sinal, ou uma marca, ou um emblema, ou um símbolo de um crime e, a consequente, pena dele, em face às justiça humanas retributivas. A comparação à questão negra é antiga, contudo imprópria, Caim não foi negro, nem africano, nem raptado de sua tribo e terra, nem escravizado, nem sobreviveu a um navio negreiro, e assim por diante. O que importa, realmente, é que a cor da pele negra incomoda, e é carregada de incitações horríveis daqueles que acham que podem matar, roubar e destruir uma raça em detrimento de outra, que via de regra, acha-se superior, podendo escravizar a quem quiser, fazendo do outro uma mercadoria, um objeto, uma coisa com preço, contudo, sem valor.

Em nosso caso brasileiro, ainda no século XXI, tempera-se e conscientiza-se a alma humana brasileira com a certeza de que a libertação jurídica de 1988 deve vir acompanhada da libertação social, cultural e econômica. Direitos básicos de justiça, igualdade e dignidade humana. Ao final do prefácio, Nabuco (2003, p. 25) destaca que o livro concorra para apressar “o dia em que vejamos a Independência completa da pela abolição, e o Brasil elevado à dignidade de país livre, como o foi em 1822 à de nação soberana, perante a América e o mundo”. A independência real do Brasil se dá, e dará, quando a liberdade for plena aos cidadãos independente de cor, raça, credo e condição social para o fim de toda e qualquer escravidão. Entre elas, está a escravidão da miséria, em que os negros libertos se mantiveram cativos, ainda, desde 1988, um legado de exclusão e não cidadania plena.

Nabuco aponta uma outra questão crucial, padres e a igreja, religiosos que abriram mão do valor e essência do Evangelho de Cristo em detrimento dos acordos e parcerias da cristandade católica lusitana no que tange ao tratamento do negro e da escravidão.

Em outros países, a propaganda da emancipação foi um movimento religioso, pregado do púlpito, sustentado com fervor pelas diferentes igrejas e comunhões religiosas. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. No sacerdote, estes não viam senão um homem que os podia comprar, e aqueles a última pessoa que se lembraria de acusá-los. A deserção, pelo nosso clero, do posto que o Evangelho lhe marcou foi a mais vergonhosa possível: ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativo, e para dizer a verdade moral aos senhores. Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja católica, apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação (NABUCO, 2003, p. 38).

Essa ausência presente, sim, ela está na Europa, nos Estados Unidos, na África do Sul e assim por diante. Espetáculos de horror da escravidão bem como o *modus operandi* do tratamento negro como racismo norte-americano, europeu, e sul-africano sempre andaram *pari-passu* com a legitimidade da religião e dos religiosos quase que como regra. No Brasil, não seria diferente, o Evangelho subjugado pela religião e seus interesses cegos e desumanos.

A condição escravizada desconfigura o ser humano, independente se foi uma “mercadoria comprada”, ou de um “espólio de guerra”, ou “mandato negro”, “pilar econômico de uma sociedade senhorial”. A utopia generosa que nunca faz mal: liberdade, igualdade e justiça, na verdade, são paradigmas para a ação de crítica aos sistemas escravagistas e ao *status quo* das elites brasileiras evitando assim, o retardamento para a nação. Dessarte, segundo Ribeiro (2001, p. 12-13):

Joaquim Nabuco não obstante, e a despeito de, ser bacharel, monarquista e político liberal como fundo aristocrático hereditário, uma vez que descendia de uma família de senhores de engenhos em Pernambuco, e da quarta geração de políticos de ascendência portuguesa, foi um militante da causa abolicionista desde sua candidatura a deputado pelo Recife em 1879, nessa campanha preconizou o fim da escravatura, a secularização dos cemitérios, a liberdade de expressão, as eleições livres.

No Brasil, o Abolicionismo é, antes de tudo, uma questão política para a reconstrução do Brasil sob a marca da igualdade para trabalhar, viver, ter propriedade, votar e participar da vida em sociedade com um cidadão pleno. E, assim, não mais como uma mercadoria, sem a qual o Brasil Colônia e Império não sobreviveria, sem a força do corpo e trabalho escravizado negro. Por isso, o Brasil foi o último das Américas a reconhecer a libertação jurídica dos escravizados em 1988.

A relação escravizado e senhor, no Brasil, é uma vergonha antes, durante e depois de 1988. Hoje, ainda, traveste-se de empregada doméstica e patroa, só para citar

um dentre vários exemplos possíveis. Ainda hoje, por sorte tem-se, que os negros querem apenas justiça, e não vingança. Imagine se... O mandato cultural-social-religioso dos senhores em escravizar o negro é uma falácia que sustentou a economia colonial e imperial brasileira. Contudo, pensando em termos de República, e nos avanços consolidados na Europa e Estados Unidos, forçosamente, o governo brasileiro teve que se adaptar aos novos tempos e hábitos de consciência humana justa e igualitária. Assim sendo, não há mandato de raça. Findado está. O que há é o mandato de que cada brasileiro tenha cidadania plena, e que as relações sejam de justiça e igualdade. Essa é a luta, ainda no século XXI, contra os neo-senhores do capitalismo.

Ao analisar “O Abolicionismo”, Botelho e Schwarcz (2009, p. 63) apontam quatro teses destacadas por Nabuco na obra em questão: 1. A ilegalidade e a ilegitimidade da escravidão; 2. A incompatibilidade da escravidão com a vida moderna; 3. A metrópole transmitiria sua decadência ao legar ao Brasil um trinômio vicioso: organização social baseada no latifúndio, na monocultura e no comércio de escravos; 4. A escravidão seria uma herança colonial que adquiriu caráter de sistema social, estruturadora de todas as instituições, costumes e práticas.

A escravidão tornou-se o pilar da vida e da sociedade brasileira gerando uma rede de relações de clientela o vicioso usufruto do corpo do outro negro. E as sequelas disso, a mais duradoura foi a cultural, social e econômica. Mormente como consequência e desdobramento até hoje, com seus tentáculos, que chamo de a escravidão da miséria, o condicionamento insistente e limitante das populações negras no Brasil. E no ano do Centenário, em 1988 e 1989, as Escolas de Samba Cariocas, lugar de resistência e reexistência, tiveram voz e vez para que através da festa do povo realizassem releituras e discussões críticas da questão imperiosa e republicana.

AS FRESTAS (IM)POSSÍVEIS NA FESTA DO SAMBA

Sabe-se que quatro cidades brasileiras foram afetadas, marcadas e consolidadas a partir da diáspora africana: Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e Recife. Contudo, o Rio de Janeiro é a cidade que mais recebeu escravizados de África. Entre o hino representativo do apagamento diaspórico negro e o samba enredo chapa branca está a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, o local das tensões e experiências de um território vivo social repleto de embates de existências brasileiras em colisão com os projetos republicanos.

O Rio é um caldo de culturas que viu a recepção da violenta diáspora negra da não permissão da reedição da vida e de sobrevivência cultural negra. Cidade fundada para expulsar franceses que resolveu, no início do século XX, ser francesa, na Reforma de Pereira Passos. Uma perspectiva que quer apagar os vestígios da cidade negra, bantu, ioruba, e ao mesmo tempo, que tenta negar tudo isso numa perspectiva higienizadora para apagar vestígios de culturas escravizadas (SIMAS; FABATO, 2015).

O Rio de Janeiro real é uma cidade de recorte higienizador que expulsou os negros para os morros, uma cidade diaspórica injusta e violenta que como marketing tem o

rótulo, a máscara e o mito de cidade maravilhosa. O que se propõe discutir é que a cidade da festa do samba negro, entre a festa da raça, encontra-se com as frestas da história para uma denúncia do problema histórico excludente brasileiro da condição negra.

Em 1850, a lei 601, chamada de Lei de terras, o Imperador Dom Pedro II aumenta o poder oligárquico deixando negros escravos fora da possibilidade cidadã de aquisição de propriedades; a Lei de Vadiagem (1941) foi utilizada para cercear o negro e criminalizar suas práticas culturais do samba e das religiões de matriz africana. Um exemplo clássico é a música “Delegado Chico Palha” que narra caso real no Morro da Serrinha, Madureira, de um delegado que “não tinha alma nem consideração, não quer samba nem *curimba* na sua jurisdição, ele não prendia, só batia”. Entre esses dois brevíssimos exemplos da condição negra está a assinatura da Lei Áurea, um canetada jurídica luso-inglesa sem nenhuma reparação social e inclusiva do negro na sociedade plena de direitos brasileiros. E logo no golpe militar, chamado de proclamação da República de 1889, tem-se a pecha narrativa oficial do apagamento e embranquecimento cultural no Brasil, o projeto republicano. Se o dileto leitor, minimamente, fizer uma atenta leitura do hino, a saber: “Nós nem cremos que escravos outrora. Tenha havido em tão nobre País... Hoje o rubro lampejo da aurora. Acha irmãos, não tiranos hostis. Somos todos iguais!”. Uma reação natural pode surgir: “como eu nunca reparei nem pensei nessa parte do hino?”.

A partir da República no Brasil, ocorre um projeto de embranquecimento físico e cultural. Físico, com a intenção de apagar a pele e a condição negra, e a conseqüente escravidão cruel do humano negro nesta terra. Cultural, com o objetivo de apagar os elementos da cultura negra no Brasil no que tange à religião de matriz africana, ao samba dos corpos e da alma, à capoeira como luta e dança simbólica, à alimentação de origem africana, e assim por diante.

Pois bem, essa reação assustada fez surgir a pesquisa e escrita deste artigo e as respectivas teses propositivas de que o Hino da Proclamação da República é a expressão literária, política e cultural de um assenhoreamento colonial, imperial e republicano de apagamento da escravização negra no Brasil. Em segundo lugar, o samba enredo da Imperatriz Leopoldinense foi um samba chapa branca que perdeu a oportunidade de ser voz abolicionista no centenário da Lei Áurea e da Proclamação da República. Em terceiro lugar, os sambas enredo da Vila Isabel, Mangueira e Beija-flor demonstram, efetivamente, a voz negra do contrapelo da história. E por fim, as letras da canção hino e samba são registros, acervos e interpretações da história e cultura brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que comumente se encontra nos livros didáticos é uma leitura e percepção dos grandes e imponentes nomes oficiais de uma feitura da história brasileira. Dessa forma, são heróis e grandes nomes nos livros de história, literatura etc. Neste artigo, contudo, a proposta é outra, quando se pensa em literomusicalidade, sociedade

e cultura se objetivam através das letras do hino e dos sambas enredos re-ver o contrapelo da história, a caminhada cruel dos negros caminhantes invisíveis, a nano-história, a história mínima dos mínimos invisíveis, as pedras miúdas e injustiçadas da sociedade brasileira que podem cantar em 1988, ou 1989, ou em qualquer época.

No caso, uma reivindicação de direitos para a existência, resistência e re-existência dentro de um cenário verdadeiramente republicano e, insistentemente, democrático para todos os brasileiros.

Em pleno século XXI, ainda ressoam nas frestas do poder e nas festas do povo brasileiro o canto vivo e real que insiste em falar: “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!”. A escravidão oficial brasileira bem como a abolição negra jurídica, mas não socioexistencial, condicionaram a condição negra brasileira em três vertentes, a saber: sobras viventes; sobreviventes; supra-viventes.

O projeto oficial da República estabeleceu a escada continuada para o fosso e calabouço do poder do negro com a sobra da história. Entretanto, o canto da liberdade que sobrevive entre as frestas do poder habilitou os pretos e pretas brasileiras numa sobrevivência na busca daquilo que é a festa dos direitos entre humanos brasileiros: as asas reais da liberdade e igualdade. Ou, talvez, nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país. Ou, quiçá, pode-se ver a profissão de fé daqueles que estão senhorialmente na festa da República, e do outro lado aqueles que estão nas frestas dos morros e favelas através dos enredos da vida e da fé na festa dos sambas cariocas.

“WE DON’T EVEN BELIEVE THAT SLAVES OTHERWISE HAVE LIVED IN SUCH A NOBLE COUNTRY”: THE BLACK AGAINST THE REPUBLIC AND THE SAMBA (1888-1989)

Abstract: The objective is, in fact, to propose an interpretation, in principle, of two letters full of brazilian culture and identity, that is, two movements of construction and expression of the National, the first, of the Republic and its project of whitening and erasing the traces grim facts of brazilian black slavery, and the second, about the plot anthem and the apparent black re-existence in the year of the centenary of the signing of the Lei Áurea with the samba plot, unfortunately, of white plate. And from this initial dialectical relationship, the first three sambas engaged and champions of the 1988 Rio carnival are also incorporated into the critical exercise: Vila Isabel, Mangueira and Beija Flor. Based on a bibliographical narrative review, it stands out, then, that these official and marginal literomusicalities are more than expressions of subjectivities, they become collections, records and understandings of reactions to brazilian enslaved black history, and in this way, both oral poetry through lyrics and music, as for culture, are mimicked in the celebration of the official anthem of the Republic and the cracks of the people’s party in the sambas plots of the Carioca Schools. Therefore, between memory, history and oblivion, the objective is to discuss the testimony of black existence, resistance and re-existence against the grain of the brazilian Republic and Rio samba.

Keywords: Black. Republic. Whitening. Samba. Reexistence.

Notas

- 1 Russel Norman Champlin (v. 1, p. 47) discorre sobre possibilidades especulativas sobre o sinal de Caim: 1. Caim teria se tornado negro e foi o pai das pessoas de pele escura. Essa é uma hipótese nitidamente racista. Na verdade, os negros se originaram com um dos filhos de Noé – Cam; 2. Ele teria recebido uma espécie de tatuagem; 3. O nome de Deus, Yahweh, teria sido estampado na testa dele; 4. O nome “Caim, o fratricida”, teria sido escrito em sua testa; 5. Deus teria tornado Caim invencível – não podia ser queimado, afogado, nem ferido à espada; 6. Uma luz, como o círculo do Sol, o acompanhava por onde quer que ele fosse. Dessas formas, algumas bem risíveis, verifica-se que não há um consenso sobre a tal mancha, o que se sabe, é que foi uma marca da briga entre Javé e esse homem humano.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia, Técnica, Arte e Política*. Vol. 1. Obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia (org). *Agenda brasileira*. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BOTELHO, André. SCHWARCZ, Lilia (org). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- COSTA LIMA, Luiz. COSTA LIMA, Luiz. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- COSTA, Valéria; GOMES, Flávio (org.). *Religiões Negras no Brasil*. Da escravidão à pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016.
- FESTIVAL CAJUBI. O sujeito em posse da sua narrativa. Luiz Antonio Simas; Tiganá Santana. Vídeo. Youtube. 1h59 min. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpiYxeGeZjo>. Acesso em: 10 out. 2022.
- MENEZES, Geraldo Bezerra de. *Intérpretes do Brasil*. Niterói: Cromos, 1997.
- NABUCO, Joaquim. *Abolicionismo: Conferências e Discursos abolicionistas*. Obras Completas de Nabuco, vol. VII. São Paulo: Ipê, 1949a.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Carta a amigos*. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Ipê, 1949b.
- RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.). *Intérpretes do Brasil*. Leituras críticas do pensamento social brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as interpretações do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. 2. ed. 3 vol. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

SCHULLER, Fernando. AXT, Gunter (org). *Intérpretes do Brasil*. Ensaios de Cultura e Identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória, Literatura*. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SIMAS, Luiz Antônio. FABATO, Fabio. *Para tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SIMAS, Luiz Antônio; MUSSA, Alberto. *Samba de enredo: história e arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.